

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº                      , DE 2007**  
**(Do Sr. Homero Pereira)**

Acrescenta art. 10-A à Lei  
Complementar nº 101, de 4 de maio de  
2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei Complementar visa a alterar a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, acrescentando-lhe art. 10-A à Seção IV “*Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas*” do Capítulo II “*Do Planejamento*”, para vedar o contingenciamento das dotações consignadas nas leis orçamentárias a projetos e atividades da área de agricultura.

**Art. 2º** A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 10-A:

**“Art. 10-A.** *É obrigatória a execução integral, pelo Poder Executivo, dos projetos e atividades consignados na lei orçamentária anual a projetos e atividades relativas à área de agricultura, observada a regulamentação estabelecida, a cada exercício financeiro, na lei de diretrizes orçamentárias.*

§ 1º *Constatada a desnecessidade ou a inviabilidade técnica da execução de determinada dotação orçamentária, será procedido seu imediato remanejamento, com prévia autorização legislativa, obedecidos os parâmetros, critérios,*



E3CF864F00

*prazos e procedimentos previstos na lei de diretrizes orçamentárias.*

*§ 2º Constatada a inviabilidade financeira da execução de determinada dotação orçamentária, será procedido seu cancelamento definitivo, com prévia autorização legislativa, obedecidos os parâmetros, critérios, prazos e procedimentos previstos na lei de diretrizes orçamentárias.”*

**Art. 3º** Esta lei complementar entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro imediatamente subsequente ao de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

O procedimento que vem sendo tradicionalmente utilizado pelo Poder Executivo, de garantir o cumprimento de metas fiscais valendo-se de contingenciamentos orçamentários é extremamente nocivo aos interesses do setor agrícola, sabidamente vital para a economia nacional.

É importante ter-se em conta que a prática dos referidos contingenciamentos termina por representar, em muitos casos, cancelamento definitivo de dotações orçamentárias aprovadas pelo Congresso Nacional, mostrando-se claramente contrária aos princípios democráticos que deveriam pautar todas as fases do processo orçamentário brasileiro.

O presente Projeto de Lei Complementar visa a criar mecanismo, não previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), destinado a eliminar, na área da agricultura, essa distorção, que com exagerada frequência se verifica na execução orçamentária, caracterizada pela não-realização, pelo Poder Executivo, de despesas aprovadas pelo Congresso Nacional e, portanto, consignadas na lei orçamentária anual.

A situação que a presente proposição visa a impedir é, pois, aquela em que o Poder Público reduz ou, até mesmo, cancela a execução de determinada atividade ou projeto, tornando parcialmente sem sentido todo o



esforço despendido pelo Poder Legislativo no exame da proposta orçamentária, em sua discussão, adequação aos interesses da Nação e na sua aprovação.

Acreditando, pois, firmemente que a medida ora proposta representará significativo aprimoramento do processo orçamentário, e mesmo da prática democrática em nosso País, retirando a excessiva e inaceitável discricionariedade que hoje prevalece na execução orçamentária, contamos com o apoio dos ilustres Colegas Parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em            de novembro de 2007.

**Homero Pereira**  
**Deputado Federal (PR/MT)**

2007\_15787



E3CF864F00